

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

MPROCESSO: 2017/040328
RECORRENTE: MARIA ODALIA DANTAS DOS SANTOS
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R000489823

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.
ACÓRDÃO JARI Nº
EMENTA: Inobservância do recorrente quanto ao que
determina o Art 4º e seus incisos da Resolução 299/08
CONTRAN. Recurso não conhecido.**

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto com fundamento no Art. 15 da Resolução 619/16 do CONTRAN, em oposição à lavratura de auto de infração acima identificado. Ocorre que o recorrente não observou o quanto determinado pelo Art. 4º e seus incisos, da Resolução 299/08 – CONTRAN. Desta forma, ou apresentou fora do prazo, ou não se encontra comprovada a legitimidade, ou não existe assinatura do recorrente e ou de seu representante legal, **ou não existe o pedido ou este é incompatível com a situação fática.**

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processual, no que pertine à tempestividade e capacidade postulatória. Verifico que a Recorrente REQUER, a concessão do efeito suspensivo, porém, conforme consta através de relatório anexo, a multa pecuniária encontra-se paga, não havendo motivo para a paralização da execução. Logo, o pedido é incompatível com a situação fática, consoante o que determina o Art. 4º, Inciso IV, da resolução 299/08, vejamos:

**Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:
IV - não houver o pedido, ou este for incompatível com a situação fática;**

Isto posto, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, **pelas razões ora expostas**, mantendo a decisão proferida em sede de Defesa Preliminar, se houver. **Julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. R000489823**, lavrado contra **MARIA ODALIA DANTAS DOS SANTOS**, mantendo sua exigibilidade.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000489823**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 20 de outubro de 2020

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente - Relator

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT

Maria Fernanda A. Cunha – Secretária da JARI